

Processo NUP/80231/2021/CMP

Porto, 22/12/2023
NUD/810074/2023/CMP
Titular do processo: Leonor Pulido Valente
Afonso
Requerente:
Resposta ao documento:
NUD/703757/2023/CMP
Sua referência:
Local da obra: Travessa da Arrábida 374 372,
374

Assunto: Audiência prévia relativa à intenção de emissão de parecer desfavorável

1. Descrição da pretensão

O presente pedido tem por fim um PIP, relativo a uma obra de alteração e ampliação para o prédio sito à Travessa da Arrábida, n.º 372 a 388, na União de freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.

A operação urbanística em apreço reporta-se à viabilidade de alterar e ampliar o edifício existente, pretendendo um edifício de habitação coletiva (4 fogos), constituído por 3 pisos acima do solo.

2. Consulta às entidades externas e serviços da CMP

2.1 Consulta a entidades exteriores à CMP – Parecer, aprovação ou autorização de localização

- Não aplicável.

2.2 Informação dos serviços da CMP

Sobre a presente pretensão pronunciaram-se os seguintes serviços municipais:

- **DMAAU** – Divisão Municipal de Apreciação Arquitetónica e Urbanística / Gabinete de Apreciação de Projetos, emitiu a informação NUD/776814/2023/CMP com despacho NUD/808542/2023/CMP de 21/12/2023, que concluiu “*Concordo Nos termos da informação emite-se parecer Desfavorável.*”;
- **DMGPC** – Departamento Municipal de Gestão do Património Cultural/Arqueologia, emitiu a informação NUD/724338/2023/CMP onde consta que “*nada temos a obstar à aprovação do presente pedido de informação prévia, devendo o processo ser novamente submetido à apreciação da DMPC/ Arqueologia em sede de licenciamento*” com despacho NUD/728173/2023/CMP de 15/11/2023, que concluiu “*Concordo com o teor da informação NUD/724338/2023/CMP.*”;
- **DMGPC** - Departamento Municipal de Gestão do Património Cultural/ Banco de Materiais, emitiu a informação NUD/711492/2023/CMP onde consta que “*A fachada do edifício já não possui revestimento a azulejo pelo que não há lugar à aplicação de medidas de salvaguarda.*” com despacho NUD/713336/2023/CMP de 09/11/2023, que concluiu “*Concordo com o teor da informação NUD/711492/2023/CMP*”;

3. Fundamento da Intenção de emissão de parecer desfavorável

Em face do exposto no ponto 2.2., o presente pedido deverá merecer parecer desfavorável, uma vez que, conforme descrito nos pareceres desfavoráveis da DMAU:

- a) se encontra em desconformidade com o disposto no PDM e RGEU;

Nos termos do ponto 4 do artigo 16.º do RJUE, a proposta de decisão poderá vir a ser revista desde que sanadas as desconformidades elencadas.

4. Proposta de decisão

Em face de tudo o exposto, propõe-se:

- que, ao abrigo do disposto no artigo 16.º do RJUE existe a intenção de emissão de parecer desfavorável relativo ao PIP referente a obras de ampliação e alteração, cujas características se encontram supradescritas, nas condições constantes da presente informação e nos pareceres e despachos emitidos.

- que o requerente seja notificado da intenção de emissão de parecer desfavorável do pedido, para que se pronuncie, no prazo de 10 dias úteis, sobre tal intenção, nos termos do disposto nos artigos 121.º e 122.º do CPA.

Nota: Por forma a dar cumprimento aos números 3 e 5 do artigo 121.º do CPA, não serão aceites, no exercício do direito de audiência prévia, alterações aos projetos por forma a corrigir as desconformidades que conduziram à decisão desfavorável, devendo, nestes casos, ser apresentado um novo processo.

Assinado digitalmente por
MARTA LUÍSA DONAS
BOTTO MARTINS D'ALTE
Data: 2023.12.22 11:23:31
+00:00

O Gestor do Processo

Marta d'Alte, Arq.

CMP – Câmara Municipal do Porto

CPA – Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua atual redação

PDM – Plano Diretor Municipal, publicado em DR, 2ª Série, Nº 20, de 27-01-2023, Aviso n.º 1934/2023

PIP – Pedido de Informação Prévia

RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, publicado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação

RPDM – Regulamento do Plano Diretor Municipal